
ENTREVISTA

Entrevista com Laura de Mello e Souza

**Entrevista realizada, em agosto de 1995, pelos Profs. Luiz Carlos Villalta,
Renato Pinto Venâncio e Fábio Fav ersani
Depto. de História - UFOP**

1. Na sua trajetória intelectual, quais foram os historiadores mais importantes? Qual a contribuição particular você atribui a cada um deles do ponto de vista teórico e do ponto de vista temático?

Sofri influências variadas no decorrer de minha trajetória profissional. A maior delas foi a de Fernando A. Novais, porque não diz respeito apenas à sua obra - *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* - mas ao convívio intenso que venho mantendo com ele desde 1972, quando fui sua aluna pela primeira vez, tanto no curso teórico como na turma de seminário, durante um ano inteiro. Nos seminários, as leituras eram variadas, os alunos não mais do que 25, e aprendíamos a ler, fichar e comentar textos de autores. O que me fascinava era um certo ecletismo de sua parte, apesar da nítida e sabida predominância do marxismo na sua formação. Foi nesses seminários que li Foucault pela primeira vez (*A História da Loucura*), tornando-me obsedada por suas idéias durante alguns anos, e Robert Mandrou, minha porta de entrada para a história das mentalidades; isto sem falar de clássicos da história da cultura, como Paul Hazard, e clássicos da sociologia, como Max Weber, Ferdinand Toennies e Celestin Bouglé. Devo minha formação intelectual a Fernando Novais, sobretudo na recusa a rótulos: não faço só história social, nem só história da cultura, nem só história das mentalidades, talvez por perseguir o horizonte que ele nos abriu, e que é vastíssimo.

Daquela época data a primeira grande influência temática que sofri; a da abordagem dos desclassificados sociais sugerida por Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil Contemporâneo*. Digo temática porque, do ponto de vista teórico propriamente dito, fui influenciada mais pela leitura que Fernando Novais fez do *sentido da colonização* de Caio Prado Jr. do que pela abordagem deste

último, que apesar de brilhante e fundamental - sobretudo levando-se em conta a época em que foi escrita -, parece-me, em geral, pouco nuançada. Logo em seguida, li toda a obra de Gilberto Freyre, aproveitando mais uma vez a variedade temática que oferecia e, sobretudo, sofrendo profunda influência da forma como escrevia. Ainda no período de graduação, destaco a influência do antropólogo Oscar Lewis e seus vários livros sobre “cultura da pobreza”, que li todos, e dos quais gostei muito.

Na época em que realizei meus cursos de pós-graduação, li boa parte da obra de Antônio Gramsci - creio aliás que li quase tudo: *Os Intelectuais...*, *Maquiavel...*, os *Cadernos do Cárcere*, *A Questão Meridional* (que eu simplesmente adorava). Li também partes do *Capital* e os *Gundrisse*, mas não entendia quase nada destes, e daquele só pesquei alguma coisa mesmo do volume 1. Portanto, tive influência marxista nesta época, mas sobretudo por meio de Gramsci, que até hoje é o meu preferido. Dentre os autores nacionais, destaco o *Circuito Fechado*, do grande mestre Florestan Fernandes, alguns capítulos de *O Modelo Político Brasileiro*, de Fernando Henrique, e, mais do que todos, *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, de Maria Sílvia de Carvalho Franco. Este foi meu livro de cabeceira durante anos, e até hoje o considero uma obra prima.

Até agora, quase não falei de historiadores, mas sobretudo de cientistas sociais. Comecei a me deixar influenciar pelos historiadores propriamente ditos na década de 80, e creio que isto tem a ver com as características dos estudos de humanidades no Brasil da ditadura, e com a necessidade de engajamento político que nos obsedava. Nos anos 80, acho que posso resumir minhas leituras fundamentais a quatro autores: Jacques Le Goff (*Para um Novo conceito de Idade Média* e *O Nascimento do Purgatório* foram dois marcos), Marc Bloch (*Os Reis Taumaturgos*, a obra prima do século, talvez), Sérgio Buarque de Hollanda (tudo, absolutamente tudo, como continua sendo até hoje, mas com a predominância de *Visão do Paraíso* e *Caminhos e Fronteiras*) e Carlo Ginzburg (sobretudo *O Queijo e os Vermes* e *Mitos-Emblemas-Sinais*, mas vale igualmente todo o resto, sempre excelente). Foi quando dei uma guinada para a história da Cultura (e não das mentalidades, da qual sempre gostei muito, mas que me influenciou menos, pois a acho menos problemática no bom sentido).

Nos últimos anos, tenho lido com enorme consideração os livros de Braudel, sobretudo *Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme* e tenho gostado muito da historiografia britânica, como Thompson (que na verdade é redescoberta pela primeira vez em 1973, mas sem entender direito o fundamental) e Trevor-Roper, que é um autor fora de moda, conservador demais mas brilhantíssimo e, sobretudo paradoxal - o que me agrada muito. Por fim, tenho me valido muito dos historiadores italianos mais antigos, que são notáveis: Eugênio

Garin, Federico Chabod, Délio Cantimori. Fico assim entre uma história social e uma história da cultura. Metodologicamente, creio que o que mais me fascina, hoje, são os trabalhos e as considerações da micro-história italiana neste sentido. Gosto muito de história da arte, tal como é feita pelos estudiosos ligados ao Instituto Warburg de Londres - Gombrich, sobretudo, e Panofsky; mas não sou especialista neste assunto, só curiosa.

2. Durante os últimos quinze anos, a historiografia relativa ao Brasil Colônia viveu um momento de profunda transformação. No seu entender, quais são os futuros campos de pesquisa em relação ao Brasil Colonial?

Creio que muito ainda está por fazer, porque por muito tempo a república e o império foram mais estudados do que a colônia, em parte devido à maior dificuldade oferecida pela leitura e manuseio da documentação colonial. Acho que a pesquisa daqui em diante deve ser conduzida de forma mais rigorosa, procurando inclusive preservar e divulgar acervos documentais que, com nosso clima e nossos políticos, podem desaparecer rapidamente. Sou a favor da publicação de documentos, da elaboração de edições críticas e, mais do que da realização de trabalhos imaginosos ou preocupados com modismos, daqueles que se voltem para a reflexão de questões importantíssimas ainda não esclarecidas: funcionamento da administração; enraizamento local das oligarquias; origem das fortunas; controle social; natureza do protesto, etc. Nem sei se sou capaz de fazer este tipo de trabalho, pois sou impaciente demais, mas os considero importantíssimos. Trabalhos como estes sobre a Fazenda Resgate - que não li ainda mas, pelo que soube, é fundamental, apesar de irregular - são muito úteis. Só queria esclarecer uma coisa: não sou contra trabalhos imaginosos e que sigam modas; acho que a imaginação histórica é justamente o que diferencia o grande historiador. Só penso que às vezes, entre nós, preocupamo-nos mais em fazer um trabalho à lá Darton ou à lá Chartier do que em ascultar quais as necessidades efetivas da nossa historiografia. Na verdade, cada um deve ajustar as escolhas feitas a seu próprio temperamento, acho fundamental voltar a discutir questões referentes a economia colonial, mas tenho certeza de que só entrarei nessa discussão de forma indireta dado o meu temperamento e minha vocação mais afeita às análises da cultura e da sociedade. De qualquer forma, tenho tais questões no meu horizonte. Acabei de escrever um artigo sobre os quilombos em Minas, onde enfatizo as relações entre civilização e barbárie evidentes no relato cotidiano de uma expedição; apesar deste ser o foco, dou bastante peso às relações entre

perseguição a quilombos e expansão da fronteira agrícola, cortejando inclusive o movimento de perseguição e os números referentes a doação de sesmarias nos governos do final do século.

Enfim, para fechar a questão: não podemos nos dar ao luxo, no Brasil de fazer história com base em historiografia, como grandes historiadores europeus o fazem: Perry Anderson, Hobsbawm, Braudel. Temos obrigação de ir aos arquivos, trancrever documentos, editá-los, denunciar a incúria administrativa e governamental neste campo. Estamos mais de cem anos atrasados, como disse Luís Felipe de Alencastro numa entrevista polêmica há cerca de um ano: não fizemos, até hoje, as nossas *Monumenta*. O historiador brasileiro em geral é muito preguiçoso no que diz respeito à frequência de arquivos.

3. Qual a pesquisa que você está desenvolvendo atualmente? Qual a relação que ela terá com seus trabalhos anteriores?

No momento estou envolvida com três projetos diferentes. Um, coletivo, sobre a vida privada no Brasil, para o qual devo escrever um capítulo referente ao período colonial. Outro, que já dura oito anos, sobre a vida cotidiana em Minas na segunda metade do século XVIII; ele acabou saindo um pouco dos trilhos originais, e tanto a parte já escrita, que é a primeira do livro - cerca de 200 páginas - quanto a que estou escrevendo se referem à percepção do meio natural e à vida nas fronteiras da capitania. A primeira parte chama-se, provisoriamente, “As bordas de Minas”. A segunda parte diz respeito à zona de mineração, mas sobretudo à sociedade e ao poder, e se chama “Os mineiros do centro”; explora a idéia de que este núcleo exporta valores e padrões sociais e políticos para o resto do território, mas se constitui, simultaneamente, em função dos elementos das bordas. A terceira parte chama-se algo como “Práticas desconcertantes”, e explora a idéia da revolta formal e da revolta informal, que venho expondo em outros artigos desde 1989, e que tem partes já redigidas. O todo procura repensar a questão da inconfidência, ou melhor, da sociedade da inconfidência frisando o problema da tensão entre reforma e sedição. É um trabalho muito complicado e pretensioso (creio que no bom sentido), e não consigo pôr um fecho na pesquisa nem dispor do tempo necessário para escrever. Creio que ficará enorme, o que talvez seja mau, e eu seja obrigada a cortar partes.

O terceiro projeto é sobre as revoltas e sedições do período colonial, e tem me entusiasmado bastante. É mais simples, quase só uma tipologia analítica, e deve ser publicado como livro mais geral, de divulgação.

4. O conceito de “desclassificação social”, tal qual você utilizou em seu primeiro livro e reafirmou em *O Diabo na Terra de Santa Cruz*, ainda lhe parece pertinente? Se você fosse reescrever *Os Desclassificados do Ouro*, quais seriam as mudanças de enfoque que você privilegiaria, caso julgasse necessário promover uma revisão? Ao analisar a pobreza e a desclassificação social, em *Os Desclassificados do Ouro*, você concede um lugar especial à mineração. Como você avalia hoje, à luz da historiografia recente, as posições da mineração e da agricultura na economia mineira e seus reflexos na organização das sociedades das Gerais?

Obviamente, todo trabalho historiográfico é datado, pois é também um pedaço da história intelectual do país em que foi escrito, e da pessoa que o escreveu - e, neste sentido, inserido no próprio movimento da história. Visto assim, *Desclassificados* foi um esforço considerável de pensar uma questão social e econômica - a da pobreza e da marginalidade - em chave histórica, referida ao mesmo tempo ao presente - os anos 70 de nossa história, com “milagre econômico”, pobreza e dependência - e ao passado - Minas, o ouro que vai embora, a miséria, etc. Portanto, um pouco da “história regressiva” cara a Marc Bloch. Foi uma tentativa de enfrentar a questão do engajamento e da crítica à ditadura, e acho que me saí bem, pois busquei uma análise mais flexível e aberta sem deixar, entretanto, de tocar nas questões fundamentais que as esquerdas debatiam então. Neste sentido, creio que o conceito de desclassificação social se mantém, e é operacional ainda hoje, indo além dos limites conceituais presente às vezes nas Ciências Sociais e lançando luz, de forma satisfatória, sobre uma realidade histórica. Gosto dele, e o mantenho. Aliás, acho que outros também vêm utilidade nele, pois é bastante invocado, para minha surpresa, inclusive entre alunos.

Já a questão da agricultura é mais complexa. Penso hoje que talvez tenha hipertrofiado o papel da mineração; quase não havia análises sobre a agricultura naquela época, e eu mesmo não as faria, pois não estudo a economia, como já disse, nem me sinto aparelhada para tal. Por outro lado, paira sempre a evidência irrespondível: com a decadência da mineração, os mineiros debandaram e fundaram um sem número de vilas e cidades nesse êxodo, inclusive em São Paulo. A análise dos troncos familiares dos antigos paulistas mostra tal fenômeno: boa parte dos que não remontam ao século XVI, remontam a este momento, ou seja, final do século XVIII e início do século XIX, quando os mineiros “voltaram” ou fugiram do marasmo econômico.

Por fim, se a mineração conviveu o tempo todo com a agricultura, foi aquela, e não esta, que deu o padrão civilizacional das Minas, que deu o tom que a distinguiu e fez dela a peça-chave da colônia no setecentos: a urbanização, e não ruralismo; apreço pela cultura, e inclusive a criação de um sistema cultural - no sentido de haver criação e consumo de bens culturais; pensamento crítico, etc. etc. etc.. Portanto, mesmo que caiba relativizar o que disse há quinze anos atrás, acredito que a análise não foi ainda ultrapassada e se mantém.

Durante algum tempo, pensei reparar certas passagens dos *Desclassificados...*, sobretudo aquela em que me valho muito da leitura de Wilson Cano para a economia mineira. É uma análise muito teórica e pouco empírica, muito generalizadora e, creio, pouco histórica. Mas resolvi deixar, como testemunho da concepção dominante na época em que escrevi, como pista que ajuda a entender os caminhos que trilhávamos então. A produção historiográfica estava numa crise considerável, e tirando um ou outro trabalho - sobre os quais pairavam, sempre olímpicos, os de Sérgio Buarque de Holanda - não era a história quem melhor pensava o Brasil, mas as Ciências Sociais. Foi de meados dos anos 70 em diante que as teses produzidas nos programas de pós-graduação vieram espanar essa conjuntura.

5. Carlo Ginzburg, em suas investigações sobre a história cultural, utiliza os conceitos de “cultura popular”, “cultura erudita” e “circularidade”. Roger Chartier recusa o estabelecimento de dicotomias culturais, pois entende que até o século XVIII haveria uma cultura comum às elites e às camadas subalternas, propondo-se a investigar como os mesmos elementos culturais foram apropriados de modos diversos pelos diferentes grupos sociais (não apenas classes). Como você avalia a utilização desses paradigmas nas investigações sobre a cultura no Brasil Colonial?

Esta pergunta é difícilíssima, precisaria quase escrever uma tese para respondê-la. Não simpatizo muito com a “teoria” que está por trás das concepções de Chartier, apesar de simpatizar muitíssimo com ele, que é uma pessoa muito gentil e afável, além de obviamente, inteligentíssimo. Chartier é um homem que constrói suas concepções sobre cultura em cima da experiência que tem da análise dos livros e da leitura: acaba numa análise da cultura letrada, ou do seu contrário - o que vem a ser o mesmo, dada a identidade do referencial. Escreveu muitos artigos, mas poucos livros, poucas análises recortadas. Tende, no limite, a afirmar que as diferenças de classe são menores do que a participação num universo de

cultura, o que pode ser sugestivo mas deve sempre ser matizado, pois descamba na indistinção. Ginzburg, por sua vez, escreveu vários estudos sobre objetos diversos: crenças populares de caráter extático e sua transformação num período de cem anos; crenças populares e eruditas no vôo noturno na cavalgada do exército furioso, e sua analogia com outras crenças milenares; a construção das concepções cosmogônicas de um moleiro, e seu choque com as crenças e saberes eruditos da mesma época; a relação entre os propósitos dos comitentes das obras de arte e os de um artista específico (Piero della Francesca), etc, etc, etc. A experiência de Ginzburg como historiador é incomparavelmente superior à de Chartier, não há como negar. Além disso, os resultados demonstrados a partir do manejo do conceito de circularidade atesta sua eficácia, quando bem utilizado. Sou fã de Ginzburg no tipo de análise que faz, e o acho quase inigualável, pois dá conta de uma gama variada de relações e nuances.

Para a análise da cultura na colônia, tenho certeza de que a influência de Ginzburg é mais profícua; tanto acredito nisso que *O Diabo na Terra de Santa Cruz e Inferno Atlântico* dialogam com Ginzburg, em dois momentos diversos: *O Queijo e os Vermes* e os *Andarilhos do Bem*, no primeiro caso; *Mitos-Emblemas-Sinais* e *História Noturna*, no segundo. A nossa realidade cultural é tão complexa e multifacetada que torna impositiva a adoção de um viés que leve em conta esse movimento todo. Agora, é óbvio que Chartier se mostra muito útil no tocante à análise da leitura e dos livros; da mesma forma, aliás, que Robert Darnton.

7. *Em entrevista à Folha de São Paulo, há tempos atrás, você se posicionou face à controvérsia existente em torno da figura do Tiradentes. Como você avalia hoje o papel desempenhado pelo Alferes? Como você avalia outra personagem controvertida de nosso passado: o governador das Minas, Luís da Cunha Menezes?*

Muita gente, inclusive amigos, criticou-me por dizer que Tiradentes era amalucado. Continuo achando que era mesmo, basta ler os Autos para ver como agia por instinto e impulso, envolvendo os outros sem pensar. A grande guinada veio com a prisão, quando ele realmente vira um sujeito fantástico, digno e reto como nenhum, assumindo para si a totalidade de uma culpa que, obviamente, era também de outros. Tenho bastante afinidade com a leitura que Maxwell faz dos grupos, e acho que Tiradentes, o Padre Correia e Alvarenga eram os mais estourados, dispostos a romper mesmo com tudo. Alguns poemas de Alvarenga sugerem que ele tinha muito claro o que significava ser

colônia e ser explorada: ele e Tiradentes me parecem os que percebem melhor os mecanismos da exploração e a necessidade de negá-la. Mas são elos de uma corrente, não são gigantes isolados: um pouco por acaso, outro tanto por mérito, deram a voz a cinquenta anos de insatisfação mais ou menos difusa. Do ponto de vista da ruptura, e não da reforma, são, a meu ver - e é temerário afirmar algo assim quando se tem por fonte básica as viciadíssimas Devassas - os mais significativos elementos de 1789, apesar do Cônego, de Gonzaga e de Cláudio serem muito mais cultos, articulados e brilhantes (mais reformadores do que revolucionários, possivelmente). Os dois primeiros eram amalucados, enquanto os três que acabei de citar eram ponderadíssimos (apesar do final trágico e enigmático de Cláudio, que pode sugerir desequilíbrio maior do que seus escritos fazem supor). Não é interessante que os amalucados enxergassem mais longe?

Já quanto a Luís da Cunha Menezes, acho que não é tão feio quanto pintam. Corruptíssimo sem dúvida, e meio boçal; mas tinha um projeto que desejava executar, e que passava pela circulação das elites locais no poder, deixando de lado - mesmo que momentaneamente - as restrições estamentais de cor e nascimento. Talvez fosse mais moderno, mais burguês do que seus antecessores - homens muito mais encantadores do que ele, e certamente muito mais cultos, como o Conde de Cavaleiros. Uma vez, Francisco Iglésias me disse que via o Fanfarrão como uma espécie de Ademar de Barros setecentista. Acho engraçada a comparação, bem provocativa - na melhor tradição mineira, à lá Feu de Carvalho. Tiradentes louco, e Fanfarrão populista. Fico por aqui, pois estou começando a dizer coisas que caberiam melhor na boca irreverente de um Darci Ribeiro.